

# **CORRUPÇÃO E SUAS NUANCES**

## **O cancro gangrenoso das organizações policiais**

Klinger Sobreira de Almeida\*

### **I - APENAS UMA LIGEIRA AMOSTRAGEM**

- a. “O BOM COMBATE. É animadora a notícia da decretação da prisão preventiva de 15 policiais do 22º BPM (Maré), que foram flagrados em atos de promiscuidade explícita com o crime. Por telefone, negociavam com José Roberto Pinto da Costa, o Capixaba, traficante das favelas de Manguinhos, Mandela e Varginha. Pediam dinheiro para devolver drogas e armas que haviam sido apreendidas pela própria polícia (...) A decretação da prisão dos 15 PMs coincide com o afastamento de agentes da Delegacia de Repressão a Entorpecentes...” (Editorial Jornal do Brasil, de 27 de março de 2004, A10).
- b. “Facções crescem ajudadas por policiais. Unidos pela visão empresarial, traficantes profissionalizam a corrupção policial e expandem domínio nas principais favelas. Na disputa por territórios para a venda de drogas no Rio, o consórcio entre as facções Amigos dos Amigos (ADA) e Terceiro Comando (TC) expande seus domínios com a ajuda de ex-policiais, policiais civis e militares...” (Jornal do Brasil, de 9 de janeiro de 2005, A17).
- c. “Presos quatro policiais federais por roubo de cheque (...) foram presos ontem à tarde acusados de participarem do roubo de um talão de cheques durante a operação em outubro do ano passado que levou à prisão o publicitário Duda Mendonça (...) O delegado regional executivo da Polícia Federal do Rio, Roberto Prel, disse que há indícios do envolvimento dos quatro presos em outros crimes, entre eles o furto de R\$ 2 milhões do cofre da Delegacia de Repressão a Entorpecentes (DRE) há quase três semanas...”. (O GLOBO, de 6 de outubro de 2004, p. 17).
- d. “Policiais do Denarc (Departamento de Investigações Sobre Narcóticos) estão sendo investigados pela Justiça por suspeita de passar informações aos traficantes. Documentos sigilosos de um inquérito policial do departamento, nos quais é solicitado grampo telefônico de dois supostos criminosos, foram encontrados com cinco traficantes presos pela Polícia Federal...” (Folha de S. Paulo, de 5 de fevereiro de 2005, C6).
- e. “EM MANAUS, CHEFE DA INTELIGÊNCIA DA PM É PRESO – Em um desdobramento da Operação Centurião, a Polícia Federal no Amazonas prendeu ontem o tenente-coronel Felipe Arce Rio Branco, Chefe do Departamento de Inteligência da Polícia Militar do Estado (...) é acusado de chefiar um grupo de extermínio, que atuava havia pelo menos dez anos em Manaus, e de participar de um esquema de corrupção que tem um braço no INSS...” (Folha de S. Paulo, 11 de novembro de 2005, C-3).
- f. “EXTORSÃO NA ORIGEM DO ATENTADO. Ataque a ônibus teria sido decidido após PMs exigirem dinheiro para soltar traficante (..) dois sargentos do 16º BPM (Olaria) numa extorsão contra o traficante Lorde...” (O GLOBO, 3 de dezembro de 2005, p.16).

- g. “TRÁFICO DÁ 10% DO SEU FATURAMENTO À POLÍCIA (...) Crime só funciona por causa da corrupção (...) Para funcionar em cerca de 600 favelas do Rio, o tráfico de drogas é obrigado a pagar o equivalente 10% de seu faturamento a policiais corruptos...” (O GLOBO, de 3 de setembro de 2006, manchete 1ª página, e páginas 26/27).
- h. “A CORRIDA DO OURO. A Polícia Federal tem desbaratado uma verdadeira briga de gato e rato envolvendo a quadrilha que roubou R\$ 164,7 milhões do Banco Central de Fortaleza e policiais, que sequestram e promovem verdadeiros achaques aos ladrões e seus parentes...” (O Estado de S. Paulo, 15 de outubro de 2006, C8).
- i. “POLÍCIA SOB SUSPEITA (...) Juízes enganados, promotores grampeados, policiais acusados, bandidos achacados e sequestrados. Preso na quarta-feira passada, o investigador da Polícia Civil Augusto Pena armou um esquema de grampos telefônicos para tomar dinheiro do Primeiro Comando da Capital (PCC), para desvio de carga e para achacar a máfia dos caça-níqueis e bingos...” (O Estado de S. Paulo, 6 de maio de 2008, 1ª página, caderno Metrópole).
- j. “ATRÁS DAS GRADES E DOS CAÇA-NÍQUEIS - Ex-chefe de Polícia e ‘inhos’ teriam virado sócios, depois de presos, na exploração de máquinas. O ex-chefe da Polícia Civil Álvaro Lins e três inspetores que integram o ‘o grupo dos inhos’ estão por trás da exploração de caça-níqueis em Jacarepaguá e partes da Barra da Tijuca e do Recreio dos Bandeirantes, segundo investigações da Polícia Federal e do Ministério Público Federal. O esquema arrecadaria R\$ 3 milhões semanais (...) As cifras milionárias arrecadadas através da exploração ilegal explicam a evolução patrimonial do grupo...” (O GLOBO, 8 de março de 2009, p.16 inteira).
- k. “POLICIAIS CIVIS USAM GPS EM ESQUEMA DE CONTRABANDO, DIZ PF. Gravações mostram que quadrilha colocava GPS em caminhões e os monitorava para pará-los quando entrassem no Estado. Ao menos quatro policiais civis são suspeitos de integrar grupo, que extorquia dinheiro de donos de cargas clandestinas...” (Folha de S. Paulo, de 17 de maio de 2010, C3).
- l. “CORRUPÇÃO DE MÃO DUPLA. Propina para PMs em caso de atropelamento traz à tona o papel da sociedade que corrompe (...) Valores de suborno para policiais variam de R\$ 2 a R\$ 50 mil...” (O GLOBO, de 1 de agosto de 2010, p. 19 inteira com casos de corrupção).
- m. “CAPITÃO QUE JULGA PMs É PRESO ROUBANDO. Oficial, que investiga policiais em casos de corrupção, dava proteção, com colega de farda, a ladrões de cabo de telefonia (...) Ontem, ele foi preso, com outro capitão, Marcelo Queiroz (...) Os dois davam proteção a dez ladrões, também presos, na Praia do Botafogo. A quadrilha teria um faturamento de R\$ 300 mil...” (O GLOBO, 28 de agosto de 2010, 1ª p.).
- n. “Operação Guilhotina prende 35 policiais civis e militares (...) Eles tinham carteira de policial e pose de herói. Mas, para a Polícia Federal, eram, apenas, criminosos disfarçados. O bando transformou o Alemão numa Serra Pelada, onde garimpava em busca de armas, joias e dinheiro...” (O GLOBO e EXTRA/RJ, amplas reportagens em edições de 12 de fevereiro de 2011).
- o. “A polícia do Rio de Janeiro figura entre as mais corruptas do país. Na semana passada, uma operação batizada de Guilhotina não só reforçou essa velha constatação como trouxe à tona detalhes de como a má conduta vem corroendo a corporação. Deflagrada pela Polícia Federal junto com a corregedoria de

segurança pública do estado, a ação resultou em 31 prisões de agentes civis e militares, alguns deles da alta cúpula, Mais dezoito policiais que se bandearam para o crime estavam foragidos até a última sexta-feira. A investigação, que já dura um ano, mapeou quatro bem organizadas quadrilhas no coração das polícias Civil e Militar. Há todo tipo de crime (...) Operação de magnitude semelhante, e com mesmo propósito, ocorreu três anos atrás, quando se desbaratou um esquema criminoso liderado pelo então chefe da Polícia Civil do Rio, Álvaro Lins. Até hoje ele está preso ao lado de uma dezena de comparsas. Não foi o suficiente para inibir a bandidagem na corporação...” (Revista VEJA, 16 fevereiro de 2011, p. 62).

- p. “Policiais acusados de esquema compravam máquinas apreendidas por colegas em operação contra a contravenção (...) As investigações sobre a caixinha de propinas em delegacias de Niterói e São Gonçalo que levaram à realização, anteontem, da Operação Alçapão, podem chegar a policiais de outras unidades de estado, inclusive da capital (...) A corregedoria tenta agora identificar a origem dos R\$ 210 mil encontrados na mala...” (O GLOBO, 3 de junho de 2011, p. 20).
- q. “Grampo da PF revela que, antes da ocupação de São Carlos, policial civil recebeu ordem de quadrilha e transferiu armas para Rocinha” (O GLOBO, 20 de fevereiro de 2011)
- r. “A delegada de polícia Tânia Brandão foi presa na tarde de ontem por suspeita de integrar a quadrilha de traficantes e homicidas do Morro dos Gama (...). Também estão detidos os militares Maycon Nascimento Ruela, Jairo de Lírio Fernandes, Antônio Carlos Santos Jantorno e Marcelo Tavares Cardoso. De acordo com o Ministério Público, eles cobravam propina de traficantes para não serem presos e avisavam aos criminosos da chegada de alguma presença policial que pudesse prejudicar as ações da quadrilha...” (A GAZETA, 10 de junho de 2011, p. 10).
- s. “DELEGADO PRESO POR LIBERAR DROGAS E ARMAS PARA BANDO (...) O delegado Carlos Cesar Silva, 47 anos, foi preso às 6 horas de ontem, no final de seu plantão no Departamento de Polícia Judiciária...” (A TRIBUNA/ES, 16 de junho de 2011, p. 20)
- t. “Rio de Janeiro.POLICIAL ACUSADO DE CHEFIAR QUADRILHA. O inspetor da Polícia Civil José Maurício Fritz Bellini de Andrade, 39 anos, foi preso ontem acusado de chefiar uma quadrilha especializada em fazer interceptações telefônicas clandestinas. Bellini é dono de uma empresa de investigação particular, que atuava em casos de infidelidade conjugal e espionagem industrial...” (A GAZETA/ES, 11 de julho de 2011).
- u. “O policial civil Helijones da Silva Tetzner foi condenado a 16 anos de reclusão por tráfico de drogas e associação para o tráfico...” (A GAZETA/ES, 11 de julho de 2011).
- v. “BELTRAME DECIDE EXPULSAR 11 DA BANDA PODRE. O Secretário de Segurança demitiu ontem sete inspetores da Polícia Civil acusados de cometerem uma série de crimes, incluindo extorsão, roubo e receptação. Além disso, Beltrame pediu à Justiça que autorize a expulsão de quatro oficiais da PM (...) Enquanto isso, em Búzios, PMs são presos em flagrante, recebendo dinheiro de extorsão em frente ao Fórum...” (O GLOBO, 30 de julho de 2011, p.18, RIO).

- w. “POLICIAIS CORRUPTOS VIRAM ‘CONSULTORES DE RISCO’ DO CRIME ORGANIZADO EM SP. O crime organizado criou um novo bico para os PMs de São Paulo: o de consultores de risco de ladrões. Nessa função, policiais fazem o papel de olheiros de quadrilhas especializadas em arrastões em condomínios e roubos de caixas eletrônicos. Usam o acesso aos equipamentos de rádio da PM para avisar os bandidos, por celular, quando algum policial fora do esquema se aproxima do prédio ou do banco durante a ação dos criminosos...” (Estado de S. Paulo, C1, 22Abr12).

O retro alinhavado é apenas uma ligeira amostragem da corrupção policial no Brasil. Foram jornais de alguns Estados, notícias recortadas aleatoriamente. Se fôssemos escrever um ensaio sobre o tema, pesquisando jornais de todos os Estados, procedimentos das Corregedorias de Polícia e processos criminais, teríamos um catálogo semelhante a vários livros, depararíamos com a descrição de casos escabrosos. Porém esse não é nosso intento. Pretendemos tão somente alertar para o grave problema como o fazemos há anos, desde nosso tempo de policial da ativa, quando, além de alertar, coibíamos tenazmente as práticas de corrupção em nossa esfera de competência. Pretendemos, pondo o tema à baila aos que nos leem, promover um despertar para ações que, efetivamente, eliminem as causas dessa enfermidade social grave, que coloca a sociedade em permanente risco. Diante do problema, não podemos conviver com a inércia. Não podemos – Governos, Organizações Policiais e Sociedade - nos acomodar na covardia, no medo de mexer nesse cancro social.

## II - ANTECEDENTES E ATUALIDADE DA CORRUPÇÃO

### **Rebuscando Arquivos da Memória Pessoal**

Um as lembranças pessoais. Daqueles tempos, no agitado Vale do Rio Doce, quando, no combate sem tréguas à criminalidade, deparávamo-nos com as primeiras traições dos “maus policiais” que enveredavam pela senda da delinquência.

A corrupção policial – correntes de lama que se alastram - sempre nos repugnou e, dependendo de sua gradação, deixava-nos até mesmo revoltados. Lembro-me de meus tempos de tenente, lá pela década de 60, estando como Delegado Auxiliar de Governador Valadares, encarregado do Setor de Furtos e Roubos. Ao assumir o setor, encontrei a cidade barbarizada por uma quadrilha de arrombadores que agiam na calada da noite, em alta escala, violando estabelecimentos comerciais e residências. Desenvolvendo investigações e ligando os indícios, foi-nos possível levantar uns cinco suspeitos com antecedentes. Contudo, todas as vezes que um deles era detido ou levado à Delegacia de Polícia para um trabalho de interrogatório, mal começávamos, chegava um oficial de justiça com ofício do Juiz de Direito, requisitando informações no prazo de duas horas. Deduzimos que se tratava de uma quadrilha bem organizada, cujo chefe já identificáramos: o meliante Afonso, que atuava sob a proteção de dois conhecidos e eficientes Advogados “portas-de-cadeia”. Porém, em face da iteratividade de situações que frustravam as investigações, concluímos que, de dentro da repartição policial, alguém nos traía. Tínhamos que desenvolver nosso esforço de forma camuflada, enganando o traidor. E assim o fizemos. Criamos uma armadilha e, certa noite, em companhia de dois policiais de absoluta confiança, detivemos Afonso e seu comparsa Ratinho. Levamo-los para uma cachoeira do rio Suassuí, numa mata a 80 quilômetros de Governador Valadares, onde, envoltos na escuridão aterrorizante e sob a égide de uivos e miados de animais selvagens, submetemo-los a um paciente interrogatório. A

situação inusitada – local desconhecido, barulho da cachoeira, escuridão e o rumor selvagem – aniquilou psicologicamente os malfeitores que, detalhadamente, descreveram suas façanhas e nomearam os comparsas. Na aurora de um novo dia, não só conhecíamos os nomes de receptadores, executores e intermediários de dentro da Delegacia, com também estávamos de posse de todo o esquema: depósito de joias, eletrônicos e outros bens furtados durante meses, e o canal de negociação dos produtos já comercializados. Sabíamos, principalmente, quem era o traidor, que, além de nos entregar e torpedear qualquer investigação, fazia parte ativa da quadrilha de marginais: Soldado Joaquim Félix, há anos membro efetivo da Guarda da Cadeia e homem de confiança do coronel Delegado titular e do Inspetor de Polícia, que, frequentemente, o requisitavam para serviços especiais de investigação. De posse dos elementos necessários, fiz, de surpresa e com as cautelas legais, uma busca e apreensão de produtos de crime na residência do soldado (naquela época, a legislação dava poderes ao Delegado de Polícia para expedir Mandados de Busca e Apreensão, ou proceder diretamente a busca, lavrando-se o respectivo termo). Enchi uma camionete, das grandes, com joias, toca-fitas, rádios, televisões e outros objetos de valor. Concomitantemente, apoiado pelo Cmt. do 6º BI, prendi o soldado disciplinarmente em cela isolada e desencadeei diligências para a prisão dos demais integrantes da quadrilha. De posse de elementos palpáveis, ao tempo em que a Delegacia era assediada de pedidos de informações de *Habeas Corpus*, entrei com pedido de prisão preventiva de todos os envolvidos, entregando-o diretamente ao Juiz de Direito. Ao final do volumoso Inquérito Policial – eram dezenas de arrombamento (furtos qualificados) – estando os meliantes presos (o soldado Félix e outro praça que ele aliciara, e alguns receptadores), os corruptos servidores públicos foram expulsos por prática infamante (naquela época vigia o RDE - Regulamento Disciplinar do Exército, que acolhia o instituto da expulsão em situações que comprometiam gravemente a honra e o pundonor militar e o decoro da classe).

Esse caso antigo, no início de minha carreira, escancarou-me a face podre e perigosa da organização policial. Após esse caso lamentável, que me despertou agudamente para as armadilhas da carreira, desbaratei outras quadrilhas em que policiais eram elementos de proa: roubo de veículos, bicicletas, gado etc, e receptação, além do envolvimento em homicídio mediante paga (quando o policial era o pistoleiro-executor e/ou corretor do assassinato). Ao longo dos tempos, no meio de uma constelação reluzente de bravos e heroicos policiais, fui tropeçando em corruptos de todos os matizes, desde o propineiro sem-vergonha, que se vendia por alguns trocados, até os mais graduados no acaque, no desvio para a trilha do crime e na concorrência com os próprios facínoras: prendi, autuei, presidi IP, mandei instaurar IPM, instalei Conselhos de Disciplina. Coloquei uma boa leva de corruptos na rua e na cadeia. A repressão vigorosa, ao lado de intenso esforço para o despertamento de valores, inibia os propensos à corrupção.

No primeiro semestre de 1981, assumi o Comando do Policiamento da RMBH- Região Metropolitana de Belo Horizonte. Antes de fazê-lo, com o auxílio de minha tropa de escol – o Batalhão de Polícia de Choque, berço da ROTAM (Rondas Táticas Metropolitanas) – vinha mapeando a corrupção policial na região, envolvendo as duas polícias: civil e militar. Aquela mais desenvolvida pela natureza de seu trabalho – investigação, aprofundamento no lodo do submundo do crime, interface diária com a bandidagem... – esta mais retraída, pois, como polícia de patrulha tinha contatos mais fugazes com o universo da marginalidade, sobrando-lhe muitas das vezes as migalhas da podridão.

Ataquei com meu estado-maior e comandantes, três frentes imediatas:

- (1) Roubos/Furtos de carro. Incidência muito grande em BH. As radiopatrulhas eram os grandes desvendadores dos casos, apenas encontrando os carros e entregando-os diretamente às vítimas. E aí estava o cerne do problema: gratificação pela pseudoeficiência, dada espontaneamente pela vítima agradecida, ou mediante exigência, ou até pela Seguradora. A Delegacia de Repressão a Furto/Roubo de Veículos protestava em vão. Ora, diante daquilo, deduzimos e constatamos com dados e fatos que, além da corrupção desavergonhada, poderia estar ocorrendo, como efetivamente estava, o conluio de alguns policiais com os ladrões: **furtar ou roubar, dar a dica da localização ao policial conluiado; este, recuperando o veículo e devolvendo-o diretamente à vítima, repartia a gratificação com o marginal.** Estanquei, de imediato, a prática, usando pulso de ferro. Alguns oficiais ingênuos ou menos avisados, inclusive comandantes tidos como de respeito, mas bastante tolos, vieram argumentar: *“se entregarmos à polícia civil, seus agentes vão ganhar da vítima ou do seguro”*. A estes, mostrei-lhes a idiotice na qual embarcavam, e mantive a diretriz correta.
- (2) Proibi patrulhas estacionadas próximas aos bordéis, ou motéis, ou locais ermos (Alto das Mangabeiras) – falsos pontos-base – onde casais eram abordados para extorsão. A desobediência implicava em imediata prisão dos patrulheiros. Com isso, retiramo-los da zona de concorrência com agentes desonestos da polícia civil.
- (3) Deixei bem claro que o “Bombril” e o “Cravo Vermelho”, sistema de queima de arquivos, seria extirpado (como se lembram os policiais mais antigos, isto era um conúbio de queima de arquivo, numa interação entre as bandas podres das duas polícias). No primeiro crime, quando esquartejaram um rapaz com antecedentes criminais, mandei instaurar um IPM – o bravo e intemorato tenente Edgard Eleutério como encarregado – e noutra caso de assassinato semelhante, o intrépido e destemido major Jayro Gomes de Oliveira. Nossos policiais foram indiciados, os da polícia civil ficaram a descoberto. Criou-se uma toada de ameaça, logo esmaecida, porquanto o meu passado e dos oficiais e praças que compunham minha turma desaconselhavam intimidação ou enfrentamento. O “Bombril” e o “Cravo Vermelho” evanesceram, já que, também da parte da Polícia Civil, alguns Delegados de envergadura entraram na repressão.

Com a ruptura dos três eixos principais da corrupção, entramos nos desvios pontuais, ou na corrupção do varejo, reprimindo-os com rigor, além do processo educacional visando elevar o nível consciencial da tropa. Foram desarticulados.

Em inúmeras palestras e notas instrutivas, enfatizei o poder corrosivo da corrupção no meio policial, buscando eliminar o cancro. Em 1985, elaborei e difundi o ensaio **POLÍCIA: A NOBREZA DA MISSÃO E OS SEUS PARADOXOS** (inserido na obra *Mensagens Profissionais*, editada pela PMMG, em Fev87). Neste, enfatizando e discorrendo sobre a sublimidade e grandeza da profissão policial, apontei os vírus que tornavam as corporações vulneráveis, dentre eles, dei ênfase à questão da Corrupção – denominando-a “vírus demolidor”, em todas as suas nuances: Corrupção Passiva, Concussão, Extorsão, Apropriação Indébita... O ensaio teve ampla repercussão junto à tropa, principalmente na Academia de Polícia Militar – foco irradiador da doutrina – que, à época, eu comandava.

Feito este introito, reavivemos os conceitos ligados ao desagradável tema.

### **Conceitos Relacionados à Corrupção Policial**

A Corrupção Passiva, a mais corriqueira, exige, para que se configure, um agente ativo. Este, quando apanhado em delito penal ou infração administrativa (v. g. infração de

trânsito ou ambiental), oferece ao policial uma vantagem pecuniária ou em espécie. O policial corrupto, para auferir o benefício ilícito, omite-se das providências legais. Temos, então, o crime nas duas vertentes: passiva e ativa – e estas, como comumente ocorriam, e ainda hoje ocorrem de forma mais aguda, podem ter uma “longa vida”. Policiais recebem uma gratificação periódica (semanal ou mensal...) para fazer “vistas grossas” diante de uma atividade ilícita permanente em sua circunscrição de responsabilidade: contravenção do jogo, ponto de venda de tóxicos, atuação de quadrilhas organizadas em determinada área da cidade etc...

A Concussão já coloca o policial numa posição ativa. É ele que exige a vantagem indevida para se omitir das providências legais que lhe cabem diante de um ilícito penal ou administrativo. Mas não só: exige uma gratificação para cumprir o seu dever de prestação de segurança pública: as chamadas “taxas de proteção”. Se o concusso não atender ao concussionário, certamente terá sua tranquilidade ou negócio vitimado por algum abalo. A concussão, conforme as circunstâncias em que se desenvolve, pode evoluir para outras figuras penais, inclusive em concurso ou coautoria: roubo, receptação, organização de quadrilha etc.

A Extorsão emerge, no contexto de violência ou grave ameaça, quando a vítima se vê constrangida a atender o extorsionário. Este, valendo-se da posição de poder policial, passa a exigir a vantagem numa situação em que não há escapatória para o chantageado. Por exemplo: Há anos um grupo de policiais, num estado brasileiro, exigia dos comerciantes uma taxa de proteção semanal. Esses policiais estavam em conluio com assaltantes da região – uma quadrilha organizada – e, quando aqueles se negavam ao pagamento da taxa, tinham seus negócios iterativamente assaltados e a ameaça: “se colocar a boca no trombone, morre”. Restava à vítima, curvar-se à extorsão ou fechar o negócio, o que seria melhor do que morrer com uma bala assassina. Outro exemplo de extorsão que acontece com frequência: um ou mais policiais se organizam para estabelecer o controle de uma região: os marginais agem, mas pagam a taxa de proteção, às vezes de elevado montante, o que os obriga a uma atuação intensiva e quase sempre violenta.

A Apropriação Indébita é também uma prática que se alastrou no meio policial. Apreende-se o produto de uma ação criminoso, mas, ao invés de formalizar a arrecadação, apropria-se para auferir vantagem. Quando não há esse procedimento, costuma-se ocorrer pedido ou exigência de gratificação à vítima, que é uma forma de corrupção.

O caso que acima relatei – “Cravo Vermelho” e “Bombril” - que fizemos cessar na RMBH, consistia numa faceta cruel de corrupção policial. Policiais da banda podre das duas polícias – Civil e Militar – se organizaram, associando-se aos facínoras. Estes furtavam e assaltavam impunemente e, periodicamente, ou logo após a prática delituosa, entregavam a “taxa da polícia”. Nesse tipo de conluio delituoso, asqueroso, mas, real – de um lado, o agente da lei, pago com o dinheiro do contribuinte para protegê-lo, e, de outro, o facínora, o bandido que vive à margem da lei, e deveria ser reprimido por aquele – é comum a chamada “queima de arquivo”. Com o tempo, o marginal, talvez por efeito de ingestão de droga, ou estressado de tanta exigência, passa a fraquejar ou falar demais – e, no polo oposto, o policial acende-se em ambição, sempre quer mais e mais, exigindo de seu parceiro - o ladrão – uma atividade produtiva intensa e estafante, até que este já não o atende ou rebelar-se. Então, a execução pura e simples. Essas execuções, por incrível que pareça, obedeciam a um ritual e deixavam um sinal de advertência para os parceiros que continuavam vivos. Naqueles tempos, na RMBH, ora era o cadáver encontrado com um “cravo vermelho” no peito, ora com uma porção de

“bombril” nas mãos. Noutras grandes cidades, ocorriam, como ainda ocorrem, outros modelos ritualísticos de queima de arquivo, mas a substância do crime é sempre a mesma.

### **Insistência dos Corruptos *versus* Resistência da Parte Sadia**

Se antigamente era assim, hoje é diferente para pior. A corrupção policial, ao invés de reduzir, expandiu-se, aprofundou-se... É comum, como se toma conhecimento pela mídia, a junção mais estreita de alguns policiais com os facínoras. Formam uma eficiente e eficaz sociedade do crime. Ainda recentemente, 17/02/13, antes de dar continuidade a este ensaio, li mais uma reportagem escabrosa na Folha de São Paulo: “PF acha 300 kg de droga com policiais em SP. Droga era desviada do Denarc (departamento de narcóticos) e revendida a traficantes (...). Três policiais civis foram presos em flagrante anteontem; novas prisões devem ser feitas...” Diz a longa reportagem que os agentes do Denarc – o mesmo departamento policial descrito em 1.d - rastreavam as drogas (cocaína) que entravam no Brasil pelas fronteiras, interceptavam as quadrilhas do tráfico internacional e depois soltavam as pessoas detidas. No rol dos crimes, há indícios de extorsão contra quadrilhas. Também na VEJA nº 10, 06/03/13, p. 74, que noticia ocupação do Complexo da Maré, RJ, com uma UPP, a descrição da corrupção policial que ensejou e sustentou o “império do tráfico”- “... Dois esquemas foram desnudados: o primeiro era liderado por um bando da Delegacia de Combate às Drogas, que, já se sabe, recebia um ‘mensalão’; o outro, por homens do Bope, a tropa de elite do Rio. Nesse último caso, o inquérito traz à luz as cifras. Eram pagos 12.000 reais por dia a um cabo do Bope, que rateava o dinheiro entre seus colegas de plantão. Em troca, eles cerravam os olhos ao tráfico e à barbárie (...) O descaramento era tanto que, em 2009, Menor P chegou a ‘alugar’ um blindado da PM para avançar sobre os domínios de uma facção rival...”

É lamentável tudo isso: um painel dos dias de hoje, em que o bandido travestiu-se de policial. Mas se formos rebuscar noticiários pretéritos, vamos encontrar situações vergonhosas e tenebrosas de policiais envolvidos com traficantes de todos os matizes, roubo de carga, apoio ao jogo ilegal etc. A vergonha vem do ontem e no amanhã, apesar da repressão que alcança apenas o efeito, continuaremos a ver o desfile da corrupção.

Enquanto a parte trevosa da polícia, que é minoria, predomina na mídia pelos malfeitos e desvios deliquenciais, a grande maioria de policiais trabalha silenciosamente, arrisca a vida e vela pela segurança pública.

Há corporações, como a Polícia Federal, em que a corrupção é mínima e, quando aflora, é logo combatida com rigor. A PMMG, na qual convivi desde criança, como filho de policial, e onde fiz carreira, cultiva uma tradição de cortar a corrupção pela raiz, porém, mesmo assim, em face de seu grande efetivo, vive às voltas com o problema. Em alguns Estados, nota-se certa “preguiça moral”, ou leniência, no enfrentamento do problema, o que enseja seu crescimento até o comprometimento e descrédito da organização policial. O certo é que o problema existia, e continua existindo de forma mais acentuada e sofisticada, mas em grau variável nas diversas corporações.

O certo é que a sociedade não tolera e vê com desprezo a polícia corrupta.

O certo é que o policial – normalmente aquele que ingressa por vocação de servir apesar dos riscos – envergonha-se do convívio com falsos-companheiros que acessam a carreira para obter melhor trânsito no crime.

O verdadeiro, autêntico e lídimo policial quer livrar-se do corrupto, anseia por uma Polícia limpa e sem mancha. Aliás, sobre esse sentimento, reportemo-nos ao movimento encetado na PMERJ, há mais de um ano, e noticiado no OGLOBO, 07Jan12, p.23: HERÓI OU VERGONHA DA FAMÍLIA – PM espalha cartazes em quartéis para

combater desvios de conduta de policiais (...) A imagem é forte: um policial militar preso, com as mãos para trás e algemadas. Do outro lado das grades, a família assiste à cena de cabeça baixa. A Polícia Militar começou ontem a espalhar cartazes pelos 39 quartéis da corporação do estado, com essa foto e a pergunta: “Você quer ser herói ou vergonha de sua família?”

Na verdade, o bom e gratificante, e que enaltece a família policial, é ver o dever da rotina ser ressaltado pela mídia, como em 12 de novembro de 2011. A mídia em geral estampou o Secretário de Segurança do Rio de Janeiro – o incorruptível policial José Mariano Beltrame – cumprimentando e elogiando os tenentes Ronald Cadar e Disraeli Gomes que, numa operação complexa, prenderam o traficante Nem, chefe do tráfico de droga na Rocinha, e recusaram a propina de R\$ 1 milhão. Estes, sim, autênticos e lídimos policiais.

### III - QUAIS SERIAM AS CAUSAS DA CORRUPÇÃO POLICIAL?

#### **Considerações Introdutórias**

Não existe efeito sem causa. Esta é uma verdade inquestionável. Porém, como, via de regra, as zelosas autoridades e governantes tratam apenas os efeitos e nunca vão às causas para eliminá-las, é lícita esta afirmação: o problema – corrupção policial - existia e continua existindo, e, certamente, continuará a existir, agravando-se e tomando conotações sociais mais perigosas. A menos que?! Analisando as causas e identificando-as com precisão, encetemos, tanto no campo político-estratégico como no administrativo-operacional, firmes ações para elidi-las.

Nenhuma organização policial está imune ao problema; umas, de forma mais intensa e em maior grau; outras, com surtos esporádicos ou casos eventuais. E cada uma, segundo a cultura, tradição e seus próprios valores, adota medidas de profilaxia e repressão. Algumas, atuando nas causas, erradicando raízes da corrupção, conseguem resultados satisfatórios, e tornam a anomalia uma exceção que, quando aflora, é imediatamente ceifada. Outras, enxergando apenas o sintoma, titubeiam nas medidas saneadoras, ou agem apenas nos sintomas; assim, o cancro gangrenoso se alastra e, gradualmente, vai permeando todos os segmentos da corporação policial.

Na esfera da União, o Departamento de Polícia Federal, ou como é comumente denominada – Polícia Federal – é a organização que mais evoluiu no tocante à profissionalização de seus quadros, valorização dos servidores e rigor metodológico – analisando causas – no trato do problema corrupção. A propósito, façamos um passeio pela VEJA nº 42, de 20Out2004, cuja reportagem de fundo, com destaque em capa, refere-se aos aspectos de repressão ao crime organizado e à corrupção dentro da própria corporação. Nas páginas 38/39, abaixo do título em letras garrafais – A AUTOLIMPEZA DA PF, lemos:

“Nos últimos vinte meses, a Polícia Federal (PF) prendeu 44 de seus integrantes, acusados de corrupção. Eram agentes graduados e delegados que, escudados por um distintivo e um uniforme, facilitavam o contrabando de armas nas fronteiras, lideravam esquemas de roubo e receptação de carros, atuavam em quadrilhas especializadas na adulteração de combustível e locupletavam-se no tráfico de drogas. Seis presos já foram demitidos e outros 38 estão suspensos, aguardando o término dos processos internos de expulsão...” Prosseguindo, em p. 40, o comentário pedagógico que deveria ser espelho para todas as organizações policiais: “O processo de autodepuração por que passa a corporação é fruto de duas mudanças que tiveram início nos anos 90 e começam a se consolidar agora: a primeira, de metodologia; a segunda, de valores. Ao negar o corporativismo e mirar suas próprias fileiras, a Polícia Federal deixa clara a opção por

expor suas feridas, para purgá-las em seguida, em vez de escondê-las até que se transformem em um câncer incurável. Se esse saneamento é bom para a instituição, é melhor ainda para o país. A prática comprova que todo esquema de corrupção necessita da cumplicidade de um agente público para subsistir. Das 23 últimas grandes operações executadas, catorze resultaram na prisão de servidores públicos – incluindo, além de policiais federais, rodoviários e civis. Ao atacar esse flanco, ainda que isso signifique cortar a própria carne, a PF ajuda a combater um dos principais pilares da corrupção. O sucesso da prática não traz apenas ganhos morais: produz benefícios concretos para o Brasil, que seriam ainda maiores se outras instituições também empreendessem um processo de autolimpeza.”

Ainda na esfera da União, temos a Polícia Rodoviária Federal – PRF - que, em tempos passados, constituía verdadeiro covil de corrupção. O problema, embora ainda persista em alguns bolsões, teve uma reversão nos últimos anos por uma série de fatores: (1) seu desatrelamento, por força da CF/88, do antigo DNER, onde os então patrulheiros, nascidos e vicejados no pântano de corrupção que era aquele órgão, agregaram os vícios (2) sua valorização como departamento de polícia do Ministério da Justiça com competência definida em lei para a manutenção da ordem pública e polícia administrativa de trânsito nas rodovias federais (3) elevação considerável do piso salarial inicial (4) a atuação firme de uma Corregedoria Central que não tergiversa com corrupção e atua em consonância com a Polícia Federal na desarticulação de focos, como ocorreu, há anos, na Operação Trânsito Livre – facilitação ao crime de contrabando, no Estado do Paraná, quando foram presos 30 policiais rodoviários. Outras ações de repressão, conforme fartamente noticiado pela imprensa, têm sido realizadas em outras Unidades Federativas, resultando em prisões e exonerações de policiais rodoviários envolvidos em facilitação de diversos crimes, mormente roubo de cargas. Essa intensidade repressiva, expurgando os corruptos, ao lado de novos patrulheiros que chegam, concursados e passando por períodos de formação profissional em nível de excelência, tem oxigenado a Polícia Rodoviária Federal. Hoje, poderíamos dizer, a corrupção é uma exceção. Porém há algo que muito prejudica a PRF: é a interferência política na designação dos Superintendentes, cargo que pertence a determinado Deputado Federal da base governista, e isto é altamente nocivo (não ocorre em relação à Polícia Federal).

No tocante às organizações estaduais, o quadro de situação da corrupção apresenta matizes diferentes e é bem ondulante. Não obstante as corporações estaduais constituam, em face da própria organização política federativa, o alicerce do sistema policial brasileiro, estas são tratadas com total desprezo na maioria dos Estados: salários vis, armamento inferior ao dos bandidos, viaturas degradadas, treinamento deficiente, comunicação obsoleta etc. Em algumas Unidades Federativas a corrupção se entranhou de forma tal que se metamorfoseou em cultura corporativa.

Tendo vivido e convivido no meio policial por muitos anos, ora como Delegado Especial de Polícia ou de Capturas, ora comandando tropa, responsável pela polícia de patrulha em inúmeras cidades e na RMBH, assisti a corrupção medrando. Tive de combatê-la com vigor, criar meios eficientes/eficazes de controle da ação policial, e logrei minimizá-la, mas não consegui erradicá-la. Reprimindo os desvios, estudei o problema, procurei penetrar-lhe as causas. Afastando-me, após o tempo legal, do serviço ativo, migrei para a atividade empresarial e, nessa outra vertente, como cidadão e usuário do serviço de polícia, não deixei de acompanhar a nódoa que repugna a todos nós.

O problema da corrupção policial só se resolve, ou se mitiga, reprimido, caso identifiquemos com precisão suas causas. Não só identificar. Impõe-se eliminá-las. Lastreado na experiência de muitos anos – enfrentando a realidade indesejável, mas real, e atuando no entrechoque das visões corporativas – e há mais de cinco lustros na outra vertente da montanha, como cidadão e dirigente empresarial, sempre acompanhando a questão (Polícia é como vírus, fica impregnado em nossas entranhas!), permito-me algumas considerações preliminares, antes de alinhar as causas.

Quando me dirigia aos meus policiais naqueles tempos pretéritos, procurava, através de uma linguagem figurada, com metáforas, apólogos, fábulas ou parábolas, transmitir-lhes mensagens que, alcançando o íntimo do homem, concorressem na elevação do seu nível moral (consciencial), despertassem a luz interior de cada um. Comumente, falava-lhes sobre a natureza da ambiência em que a missão da polícia se desenvolvia. Cabia-nos, dizia-lhes, como polícia preventiva, patrulhar, diminuindo os espaços para a delinquência – reduzindo-lhe o campo de ação – e inibindo, pela presença dinâmica, a vontade de delinquir. Porém, atuando, nossa caminhada era sobre lama, éramos os andarilhos da parte fétida da sociedade: o chão do crime e da criminalidade em todas as suas nuances (prostituição, jogo, vício, roubo/furto, receptação descarada, violência física e moral, homicídio, violação dos costumes). O espectro do crime – a banda podre da sociedade – constituía nosso teatro de operações. Ora, para atuar nesse espaço lodoso e manter-se imune – não se respingar de lama nem chafudar-se nela – o POLICIAL, que, pela própria natureza imperfeita de que somos dotados, é atraído e, às vezes, seduzido de forma incoercível – precisa ostentar um caráter de aço de primeira linha, uma formação moral inabalável. Se assim não for, talvez resista uns tempos, mas, depois, premido por circunstâncias ou situações da vida, acaba, não só se respingando de lama, mas submergindo totalmente no lodo fétido da criminalidade. Esses alertas eram frisados e reprisados, porquanto se impunha tentar o despertar da luz interior de cada um.

A corporação policial, a partir do processo seletivo, tem de transmitir a mensagem, tem de atuar intensamente como o Semeador da Parábola de Cristo, pois a sociedade que fornece as pessoas – homens e mulheres – para compor os quadros policiais é constituída de “beiras de caminho”, “pedregulhos”, “espinheiros” e “terrenos férteis”, como a alegoria de há 2.000 anos nos mostrava exuberantemente.

Feitas estas considerações e com lastro na experiência de vida, alinhavemos o que, a nosso ver, são causas da Corrupção Policial.

### **Nomeando as Prováveis/Possíveis Causas**

#### **1ª) Processo Seletivo Falho**

Como expusemos, o policial é retirado do meio, vem de uma sociedade que possui valores éticos consagrados, mas também vícios e fragilidades morais. Nessa sociedade há famílias exemplares, forças propulsoras, porém existem núcleos familiares que cultivam desvalores, que propagam negatividades. O cidadão, vindo desse meio ondulante em valores, ingressa na carreira policial, inobstante os riscos que são óbvios, ora por vocação – ou mesmo entusiasmo pelo lado heroico da atividade – ora por influência familiar ou mesmo na sequência da profissão do pai ou de um parente próximo, ora por necessidade de um emprego público, que lhe garanta estabilidade futura, ora por mera oportunidade. Creio que, salvo raríssimas exceções, ninguém ingressa na carreira policial com o foco em trilhar paralelamente a senda do crime. Isto acontece no decurso dos entrechoques da própria travessia humana e, nesses embates, os frágeis de caráter mergulham no lodaçal da corrupção.

Algumas corporações policiais, premidas para preencher rapidamente as lacunas de efetivo, relaxam no processo seletivo. Abrem, como se diz na gíria, as porteiras de ingresso. Este se faz indiscriminadamente. Assim, no meio de um universo de pessoas de bem, existem aquelas com tendência ao desvio, mentes vocacionadas à trapaça, à fraude, ao crime. Estas, quando se investem do poder de polícia, vivendo no redemoinho das mazelas e nos ambientes lodosos, sentem-se atraídas pelos prazeres ilusórios, vergam-se ao chamamento do ganho fácil. Então, a corporação policial que se descuidou no processo seletivo colherá os efeitos maléficos de sua desídia.

## 2º) Processo Educacional Deficiente

O Ser Humano, ao longo de sua trajetória cósmica, caminha inexoravelmente em sentido evolutivo. Uns, mais rápidos, velozes. Outros, mais lentamente, caindo e se erguendo, titubeantes na travessia. São dois os vetores do rumo evolutivo: (1) Conhecimento e (2) Consciencial. Este é de ordem moral. Consiste no despertar interior do indivíduo. Despertar este que o faz optar, dentro da sua faculdade do livre arbítrio, para a trilha do bem. Aquele, de ordem intelectual. O indivíduo desperta sua inteligência, o talento desabrocha. Então, o desvendar da natureza, as descobertas do oculto, a indagação e a reflexão, a percepção do possível, e a garimpagem do impossível. É a busca interminável que leva ao avanço científico e tecnológico sem limites.

Se fizermos um exercício regressivo e reportamo-nos há 4 mil anos, constataremos o grau de atraso da humanidade em nível de conhecimento: saíramos das eras de lenta evolução, para trás ficara a pedra lascada; o fogo já era produzido por alguns povos, enquanto outros não sabiam provocá-lo; o transporte era feito preferentemente em carros de boi; o sistema de comunicação mais avançado tinha seu eixo no pombo correio, ou a fumaça provocada nos cumes; em matéria de armas possuíamos lanças de madeira com lascas de pedra e espadas de ferro; a guerra se fazia com exércitos a pé e uma incipiente cavalaria... Em nível moral, também o atraso monumental: os homens se destruíam mutuamente por questões de somenos; a escravidão humana era um instituto consagrado, e o escravo tal qual uma propriedade animal; matar, roubar, estuprar, pilhar, cobiçar o alheio... tudo, revestido de violência, espelhava o império da lei do mais forte, a razão do bárbaro. Porém, àquela época, surgiu, como ocorre periodicamente no processo evolutivo da humanidade, o homem providencial: Moisés.

Este, fabuloso líder e estadista, arrancando o povo judeu de uma escravidão que durava 400 anos, conduziu-o, através do deserto por 40 anos, rumo à terra da promessa, e deixou-nos, como legado, imperecíveis Leis Morais: os 10 Mandamentos, dos quais destacamos, dentre outros, alguns parâmetros básicos da conduta humana desejável: 1. Não Matar 2. Não Roubar 3. Não prestar falso testemunho 4. Não cobiçar a mulher do próximo.

Decorridos, desde Moisés, o lapso de 40 séculos, façamos um balanço dos dois vetores – nível de conhecimento e nível consciencial – que, como sabido, balizam a trajetória evolutiva da humanidade. No primeiro – conhecimento – o salto foi astronômico: foguetes interplanetários, comunicação instantânea com imagem de todas as partes do mundo, domínio da eletricidade, energia nuclear e outras forças, internet etc. A ciência e a tecnologia dispararam ascensionalmente. No segundo – consciencial – isto é, o progresso moral, pergunta-se: Onde estamos? Paramos de matar? Paramos de roubar? Paramos de mentir? Paramos de cobiçar a mulher do próximo? A resposta é vergonhosa e decepcionante, mas de uma crueza ferina. Em nível moral, a humanidade ainda rasteja. Embora tenhamos grandes massas que alcançaram um razoável patamar moral, que exercitam, em diferentes intensidades e padrões, a ética em todos os campos da

atividade humana, resta-nos uma parte que vive atolada no crime ou na conduta aética: fraudes, roubos, furtos, homicídios, mentiras... Ainda existem aqueles que exploram o trabalho humano, que se sentem bem recompensados no torvelinho das injustiças sociais, que não se sensibilizam com os flagelos da fome, que vivem do comércio de armas para lucrar nas guerras, ou para a prática de genocídios, que insuflam os fanatismos religiosos para regozijar com o sangue dos massacres de inocentes.

Por melhor que seja o processo seletivo de uma organização policial – cuja missão deve se pautar por elevados padrões éticos e exemplar conduta diante da sociedade que lhe cabe proteger – certamente vão ingressar em suas fileiras aspirantes à carreira de diferentes matizes morais. Uns, formação rígida de caráter que se forjou desde o nascimento no seio da família, na escola, ou na religião, ou no meio em interagiu da infância à juventude. Outros, medianos; caráter mais propenso aos acenos do bem. Porém, e há de se considerar que uma parte dos entrantes pode apresentar desvios de caráter. Novamente recorrendo à alegoria de Cristo, no universo de candidatos – homens ou mulheres – que, selecionados, se apresentam à carreira policial, teremos, em menor ou maior extensão, os “beiras de caminho”, os “pedregulhos” e os “espinheiros”, permeando e ombreando com os “terrenos férteis”.

Se o processo educacional – formação do policial, reciclagem periódica e aperfeiçoamento – for deficiente, não buscar, contínua e tenazmente, elevar o nível concienzal/moral do universo entrante, os casos de corrupção, em todas suas modalidades, emergirão ao longo da atividade policial.

Infelizmente, o que se constata, na maioria das corporações policiais brasileiras, mormente nos Estados, é que o processo educacional, que se inicia pela formação, não tem a substância devida. O policial, além de ser lançado na fogueira com poucos conhecimentos profissionais, não recebe a necessária e imprescindível dose de valores éticos nos quais se alicerça a instituição. Não há a preocupação pedagógica com um processo educacional pleno que vise o despertar da consciência, a elevação do nível moral dos formandos.

### 3º) Gigantismo Das Organizações Com Sustentação Por Uma Remuneração Vil

As Polícias Estaduais cresceram assustadoramente nas últimas décadas. Contrariando as substanciosas lições que nos vêm do V Congresso da ONU, na década de 1970, dentre as quais a que se expressa taxativamente: “... **a polícia necessita não de um pessoal numeroso, mas de um pessoal melhor qualificado, mais valorizado e melhor equipado**” - as corporações brasileiras se agigantaram. Esse gigantismo tem dificultado o controle e, em algumas, feito ruir a disciplina. Assim, assistem-se, hoje com certa frequência, greves de “militares estaduais”, violando os princípios constitucionais que as vedam. E não são greves pacíficas! Mas, sim, movimentos armados que aterrorizam a população, que executam população de rua como em Salvador-BA, no início de 2012.

A criminalidade expande, cresce, organiza-se e fica mais violenta... Qual a resposta dos governantes, inclusos aí, os chefes policiais: aumentar efetivo, aumentar efetivo, aumentar efetivo... Não se veem ações políticas inteligentes em que se preconize “**uma polícia pequena em quantidade, mas grande em qualidade**”. Não há uma ação de retirar algumas corporações da inanição por falta de recursos e, concomitantemente, colocá-las à altura do avanço tecnológico.

As polícias estaduais são gigantes, e a remuneração em alguns Estados é de envergonhar. Porém, a resposta social, é sempre aumentar o efetivo de salários deprimentes. E aí reside o ponto focal da desvalorização humana do policial que, em tese, deveria dar dedicação integral ao cumprimento da missão, mas que, na realidade, tendo de se manter a si e à família, recorre aos “bicos”, quando bom caráter, deixando as tarefas profissionais num campo acessório. Quando mau caráter, faz o pior: torna-se um propineiro vulgar, invade o território do crime para locupletar-se, apoia a logística do crime ou nele se envolve como importante parceiro. Para aqueles que, rijos de caráter, e que, apesar das adversidades, mas sustentados na vocação e no culto ao dever, persistem em conduzir o lábaro da ética, resta apenas suportar o vexame das iterativas reportagens quando os “castelos da ilusão” vão se desmoronando.

#### 4º) Leniência Das Chefias Policiais

Na abordagem deste tema repugnante – a corrupção policial - lembro-me de alguns velhos comandantes e chefes da polícia judiciária, em Minas Gerais: Coronéis José Meira Jr., Vicente Gomes da Mota, Norberto, Cícero Magalhães, Smith Alves Valentino, Luiz Nunes Neto... Delegados Luiz Soares da Rocha, Zaluar Campos Henrique, Benigno Augusto da Costa, Murilo Ribeiro Junqueira, Orfeu Braúna... – que eram implacáveis no combate à corrupção; emergindo um caso, não davam tréguas, trituravam a “maça podre”. Foram e são exemplos perenes.

A expansão da corrupção policial, sua propagação desenfreada, se deve muito pela ausência de uma repressão - sem dó nem piedade - como se tem feito na Polícia Federal, cujos chefes não admitem que o “cancro gangrenoso” avance num processo de metástase dentro da instituição. Lancetam-no quando aflora, vão às raízes e extirpam-na. Como dizia um antigo Diretor Geral: “cortamos na própria carne, mas não deixamos que o vírus se espalhe”.

Algumas corporações estaduais – militares ou civis – faça-se justiça – são firmes e rigorosas no trato da corrupção. Exercem rigoroso controle, estimulam o contato da comunidade e atuam quando o mal está embrionário, abatendo-o. Porém, e infelizmente, como se nota, em outras forças estaduais, parece que a corrupção se tornou uma “cultura cristalizada” que alcançou até os níveis de chefia, como a mídia exhibe ao povo com não rara frequência. E uma constatação deprimente: a leniência de chefes frouxos. Estes, quando deparam com o problema, por força do clamor público ou das evidências das quais não se pode fugir, administram-no à luz do corporativismo pernicioso ou, num comportamento do maniqueu cego, preferem escondê-lo ou minimizá-lo. Quando muito, esses omissos aplicam leves punições administrativas, acreditando ingenuamente, ou com má-fé, que o problema esteja solucionado. Ledo engano!

Esses comportamentos lenientes e frágeis são os grandes impulsores da corrupção em certas organizações estaduais.

#### IV - CONTER A ENFERMIDADE: O Grande Desafio

##### **Continuar em Ascensão: Impossível**

Sem dúvida alguma, a corrupção policial, em todas suas variantes malélicas, é uma grave enfermidade que alcança não só a instituição permeada por ela, mas contamina a sociedade. E por quê? A sociedade perde a confiança em sua polícia, cuja existência é para protegê-la. A criminalidade, tendo como sócia quem devia reprimi-la, expande-se, aprofunda-se e torna-se praticamente incontrolável como aconteceu e tem acontecido em algumas regiões brasileiras (queima de dezenas de ônibus, assassinatos de policiais, atentados contra repartições policiais, rebeliões seguidas em presídios...). A corrupção é como um “bumerangue”, volta-se contra a própria polícia. Quando a violência,

comandada de dentro dos presídios, eclodiu em 2006, aterrorizando e paralisando a maior metrópole brasileira – São Paulo – teve por móvel a corrupção policial, segundo concluiu, cinco anos depois, a investigação realizada por pesquisadores da Clínica Internacional de Direitos Humanos da Universidade de Harvard e da ONG Justiça Global. Eis trecho extraído da alentada reportagem A CONVIVÊNCIA ENTRE O CRIME E O PODER, publicação do Le Monde Diplomatique Brasil, nº 48, de julho 2011: “...estudo reúne provas de que os ataques de maio foram em grande medida concebidos como revide a achaques praticados por agentes públicos contra familiares de líderes do PCC. Os atos que estiveram na origem dos acontecimentos faziam parte de uma multiplicidade de esquemas de corrupção, envolvendo extorsão de familiares de homens da organização criminoso, bem como vendas de fugas do sistema prisional e furtos de bens apreendidos pela polícia. Esquemas que vinham de antes e tiveram continuidade nos anos que se seguiram, que se desdobraram e se ramificaram, por exemplo, no controle do rendoso negócio das máquinas caça-níqueis, além da extorsão reiterada de pessoas envolvidas no tráfico de drogas, tudo isso entrelaçado com histórias de morte, execuções (muitas) e a ação de grupos de extermínio.”

A enfermidade tem de ser tratada. Senão eliminada, pelo menos contida. Os policiais com tendência à corrupção devem temer o rigor da repressão; não podem conviver no meio, pois são maçãs podres, não devem, quando segregados, ter nenhuma regalia prisional. Os bandidos precisam saber que a polícia é incorruptível. Aliás, a proposta do Código de Ética que emergiu da V Congresso da ONU, acima citado, diz em seu Art. 4º: “**O policial deve ser incorruptível**”.

Existe terapia para o mal? Sim. Certamente, não será eliminado. Só o será quando houver uma elevação no nível moral/espiritual da humanidade como um todo. Só o será quando o Brasil adentrar, a partir da infância e da juventude, em contínuo e profundo processo educativo, pela senda de uma cultura que varra a corrupção de seus terreiros. Uma varredura nas bandas podres. **Da política**, onde os corruptos encontram canteiros bem adubados, semeiam-na em abundância. **Do funcionalismo público**, conduto de práticas burocráticas indecorosas, vendendo-se facilidades no emaranhado da legislação, por ação ou omissão (nisso, às vezes, as consequências são danosas – vide as 241 mortes no incêndio da boate Kiss, no RGS). **Da empresa**, que aufere o ganho maior comprando facilidades, fraudando o produto, sonegando impostos, omitindo em segurança... **Do Sindicato**, que faz do proselitismo demagógico uma falsa imagem para o trabalhador que, ingenuamente, achando que seus interesses estão sendo atendidos, vira massa de manobra. **Da Justiça**, que, segundo a coragem de uma Juíza Corregedora, acolhe bandidos sob a sagrada toga. **Da religião**, que, muitas vezes na conotação de seitas atrativas, transforma-se em loteadora do “reino dos céus”, iludindo os ingênuos e amealhando fabulosas riquezas...

Não tão cedo, estaremos livres da corrupção que permeia e se propaga em todos os segmentos e camadas sociais. O processo educativo aludido, que pode e deve ser encetado pela parte maior da sociedade, aquela parte que vem evoluindo moralmente, e que, situada em diferentes patamares, já alcançou razoável e até exemplar desenvolvimento em valores éticos/espirituais, não apresentará resultados em curto prazo. Deve ser um processo paciente e gradual, mas enérgico e firme – uma decisão da nacionalidade – cujos efeitos plenos virão paulatinamente e em longo prazo.

Ora, dentro do quadro alinhavado em que se situa a instituição policial, é certo que seria uma utopia a receita para erradicar a corrupção em 100% do meio policial. Porém, como a polícia é uma organização *sui generis* – força armada e inteligente, mantida e paga pela sociedade para protegê-la contra o crime, não é crível que esteja em lado contrário,

isto é, acompanhando ou misturando-se com a delinquência e seus objetivos marginais – impõe-se que pelo menos tenhamos a capacidade para combater o mal, contê-lo, reduzi-lo para que se torne, em breve prazo, tão somente uma exceção de conduta.

Em algumas corporações policiais – e são poucas – a corrupção constitui exceção. Talvez de 1% a 5% estejam acessíveis ou vulneráveis. Nessas organizações, e seus componentes sabem disso, quando algum prurido de corrupção emerge, a ação de expelir o mal é imediata, rigorosa, efetiva e eficaz. Nessas organizações, a assepsia é contínua; há instrumentos de monitoramento, há uma estrutura de inteligência que detecta a corrupção no nascedouro, e isto não é difícil. Contudo, e esta é a verdade que não podemos esconder, existem corporações policiais bem infectadas, onde a corrupção penetrou em seu efetivo, chegando a 10%, 20% ou até 30%. Logo, essas organizações policiais se tornam um perigo social. Configuram-se, sustentadas pelo Estado, como associadas do crime.

Nesse quadro de dolorosa e perigosa corrupção – autêntica enfermidade social - é dever de todos (incluindo a sociedade organizada), mas, e principalmente, do governo e das próprias instituições policiais, buscar uma via terapêutica. Então, atacar as causas, cercá-las, estrangulá-las até à eliminação. Um Plano de Ação há de ser formulado nas esferas política de governo, certamente envolvendo o legislativo. Assim, ações serão visualizadas em dois níveis. Um mais alto: político-estratégico. Outro, no patamar de execução pelas próprias organizações policiais: nível tático-operacional.

#### **Nível Político-Estratégico**

É competência política do governo - executivo e legislativo -. Há medidas que devem ser implementadas em esfera federal, mas que implicaria numa nova modelagem do Sistema Nacional de Segurança Pública, partindo-se de uma reforma constitucional. Porém isso demanda tempo, uma costura política melindrosa, porquanto, desde a Constituinte<sup>88</sup>, assistiu-se a uma pressão corporativista imensurável que impediu um avanço desejável no campo da Segurança Pública. Contudo, na seara restrita à União, algo de concreto poderia ser feito para preservar a Polícia Federal no seu papel de Polícia Judiciária, polícia de inteligência, pois, hoje, vê-se, com frequência, seu efetivo sendo desviado para ações de força – desalojar invasores, cumprir reintegrações de posse, executar escoltas ostensivas... Vê-se, também, sua impotência diante das vulnerabilidades da fronteira terrestre e da costa marítima. Em um ensaio sobre o sistema policial brasileiro - em 1990 – preconizei a criação de duas forças públicas federais, tropas obedientes para patrulhar nossa fronteira terrestre e o litoral: um Corpo de Polícia de Fronteira e uma Guarda Costeira. Entendo que, se criadas, essas forças seriam eficientes e eficazes instrumentos de complementação à Polícia Federal no esforço de fechar os pontos críticos por onde ingressam, em território nacional, armas e mercadorias contrabandeadas e o terrível tóxico que alimenta as quadrilhas. Outrossim, a Polícia Federal, com seu efetivo de alta qualidade e bem equipada em meios, prosseguiria, livre da chaga da corrupção, seu trabalho de relevância na repressão à criminalidade sofisticada, inclusive o “colarinho branco”. Todavia, a questão, onde é mais crítica, situa-se nas Unidades Federativas, e estas, mormente nos Estados em que o problema é mais visível (Rio de Janeiro e São Paulo), devem dar a partida.

O primeiro passo é o reconhecimento político do problema e a necessidade de equacioná-lo: **reduzir drasticamente e/ou acabar com a corrupção nas organizações policiais: civil e militar**. Nisto, impõe-se, a meu ver, o consenso das forças políticas regionais – situação e oposição – sem distinção partidária.

Normalmente, as corporações policiais dos Estados são excessivamente grandes e distribuídas no território para visualizar uma presença estática. Muitos soldados,

investigadores e peritos trabalhando em condições adversas e mal remunerados. E os resultados, frente à criminalidade, não são os desejáveis, provocando, sempre e sempre, um clamor continuado: “Queremos Polícia”. O governo responde: “Vamos aumentar o efetivo, estamos recrutando tantos mil...”. E, assim, na sequência, os efetivos vão crescendo, expandindo a fileira dos mal pagos, inseridos numa estrutura organizacional carente de meios de apoio: uns trabalham sem perspectivas; outros fingem que trabalham, porque o esforço principal é dedicado ao chamado “bico”; e uma minoria, aqueles de caráter frágil, mergulha na propina barata ou se associa descaradamente ao crime. As Polícias tornam-se gigantes, difíceis de serem controladas. O princípio basilar – pequena em quantidade e grande em qualidade – é colocado de lado com essa tendência irrefreável de resolver o problema da ascensão e sofisticação da criminalidade com o aumento puro e simples do efetivo policial, segundo o tolo jargão de governantes e políticos ignorantes: “mais polícia na rua”.

Acabar com o gigantismo das organizações policiais. Para tanto, redesenhar-lhes a estrutura organizacional em nível institucional, fazendo com que as duas vertentes – civil e militar – convergentes no mesmo objetivo: assegurar a tranquilidade pública, também o sejam na integração e interação de suas ações. Nesse escopo, a Polícia Estadual, embora divididas em duas corporações distintas, devem, para fins de economia de recursos: integrar as comunicações, as escolas de formação/especialização/aperfeiçoamento e os órgãos de correição. Privilegiar o patrulhamento eletrônico, o ramo técnico-científico e a investigação científica. Flexibilizar a legislação criando canais de migração entre as organizações, mormente da patrulha para a investigação, após especialização. As duas corporações menores em efetivo, melhor articuladas no território – sem superposição de recursos - e capazes de dar respostas rápidas, tanto quando necessárias no local do evento como para deslindar os crimes. Nessa composição, a remuneração com um salário fixo – piso inicial – de seis a nove salários mínimos, e um variável bem atrativo, atrelado em indicadores objetivos relativos aos índices de criminalidade e ao desempenho individual ou em equipe nas ações de reprimir o porte de arma, prender em flagrante delito, atender com presteza pedidos de proteção contra o ato delituoso, elucidar os delitos etc.

Para desenhar legislativamente o novo modelo – que constitui uma ruptura do arcaico e obsoleto – há de se obter um consenso em que as pessoas – governantes, políticos e policiais – se desprendam das velhas fórmulas, tenham coragem de sair do “quadrado” que é uma zona de ilusório conforto. Se não houver a coragem de romper e embarcar no futuro, a sociedade - cada vez mais esclarecida, consciente e demandante de segurança pública – se encarregará de sepultar, nos anos vindouros, as organizações policiais corrompidas e ineficazes.

No torvelinho dos anseios e expectativas, é que entra o processo seletivo. Aí é que começa a separação do joio na seara do trigo, após a primeira triagem dos testes de conhecimento, aptidão intelectual e física. (a) Entrevista – conduzida por hábeis e experientes policiais – por pessoas que, conhecendo a personalidade humana, sabem detectar, de pronto, o mau caráter, o enganador, o trapaceiro, o mentiroso. (b) Investigação Social, discreta, mas profunda. Os investigadores buscarão os antecedentes familiares, a conduta na escola, as amizades... Formar-se-á o painel comportamental pretérito do pretendente à profissão policial. Esse painel o recomenda? Teve ele desvios de conduta no relacionamento humano? Envolveu-se em fatos que o comprometem moralmente? É cidadão de boa ou má fama? Tem antecedentes criminais ou envolvimento negativo em ocorrências policiais? A investigação social deve ensejar respostas claras. O candidato à carreira policial não pode ostentar obscuridades de

conduta social/moral. Uma corporação policial não se pode dar ao luxo de acolher em seus quadros indivíduos de caráter duvidoso. (c) Psicotécnico – uma gama de baterias que poderá ajudar na definição do caráter do candidato. Testes Psicológicos que permitam desvendar o “ânimo encoberto”, as tendências ocultas; que ensejem o afloramento de anseios e sentimentos.

Ainda no campo estratégico, é imperativo visualizar a expansão e fortalecimento da “Polícia Municipal”, a quem caberá o policiamento de trânsito urbano e o patrulhamento de eventos locais de menor envergadura. Incentivando o município a distender a primeira e básica malha protetora da segurança pública, reservar-se-á à força pública estadual - Polícia Judiciária e Polícia de Patrulha – a tarefa de prevenção e repressão aos delitos de maior envergadura que aterrorizam as comunidades, que transpõem fronteiras municipais.

Nesse enfoque estratégico, caberia ao Ministério da Justiça, através de sua Secretaria Nacional de Segurança Pública (ou órgão similar), o papel de impulsor de soluções e alinhamento doutrinário em que a erradicação da corrupção no meio policial constituísse o cerne. Orientando-se por essa linha, cursos de pequena duração ou seminários de imersão seriam estruturados de forma permanente para o topo das organizações: Oficiais Superiores e Delegados de Polícia do nível mais alto. Assim, criar-se-ia um fundamento uniforme de atuação que não desse lugar à leniência no trato do problema corrupção.

#### **Nível Tático-Operacional**

Corporações menores - oferecendo plano de carreira, estabilidade, condições dignas de trabalho e remuneração condizente – teriam capacidade para atrair jovens valores intelectuais e morais, vocacionados para a profissão. O processo de recrutamento e seleção buscaria o que há de melhor e mais sadio na sociedade, promovendo-se rigoroso filtro nos aspectos de conduta social, conhecimento intelectual e perfil psicológico para a profissão. “Ser Policia” seria uma aspiração do jovem de bons costumes, preparado intelectual e psicologicamente. A sociedade encaminharia para a sua “polícia” a nata da sua juventude.

Selecionados os futuros policiais, estes passariam por cursos de formação que os habilitassem efetivamente para o exercício da espinhosa profissão. Não cursos breves. Mas cursos de tempo integral – com pelo menos dois anos de duração – quando, ao lado das disciplinas eminentemente profissionais, consoante o destino do entrante: patrulha, investigação ou perícia-criminal, dar-se-ia ênfase no processo educacional à assimilação de valores inerentes aos direitos humanos e à conduta ético-moral dos membros da organização policial.

Nas asas dessa visualização, teríamos, a médio ou longo prazo, organizações policiais menores em efetivo – pequenas em quantidade – porém mais bem preparadas e aparelhadas logística e tecnologicamente para a prevenção/repressão da criminalidade, ou seja, corporações policiais “grandes em qualidade”. Isto facilitaria o controle de desvios, erigir-se-ia uma barreira ao lodo da corrupção. Esta, certamente, não seria “zerada”, mas, sim, contida. Ou melhor, constituiria uma exceção. Logo que aflorasse, sofreria um corte pela raiz. O conjunto de policiais veria que “o crime não compensa”.

#### **V – CONCLUSÃO**

Erradicar a corrupção policial, ou torná-la uma exceção insignificante dentro das organizações: Uma Utopia?!... Não. Desde que a organização seja amadurecida para se olhar, reconhecer-se em seus pontos podres, e dissecá-los para clarear as causas. Identificadas estas, impõe-se desassombro para “cortar na própria carne”.

Concomitantemente, não se fechar, abrir-se audaciosamente para que a sociedade conheça os problemas críticos que afetam a corporação policial: estrutura organizacional arcaica, remuneração vil, condições de trabalho degradante, meios materiais deficientes, atraso tecnológico etc. Essa postura transparente e corajosa não é fácil, porquanto, entre alguns ocupantes de cargos de chefia, impera o medo de enfrentar o poder político, ou receio de perder a preciosa posição de mando. Logo, prevalece a conduta de Chefia ou Comando excessivamente receosa, encoberta, às vezes, pela capa da disciplina ou da fidelidade ao dono do cargo de confiança.

Nesse propósito de promover o alvorecer de novos tempos, os Clubes Sociais ou Associações que congregam policiais, ao invés de ficarem a promover movimentos de perturbação que atemorizam e provocam a antipatia da população, poderiam se engajar em causas mais nobres e factíveis como preconizamos na “ação terapêutica” para eliminação das causas da corrupção no meio policial.

É o nosso recado. A mensagem de alguém que, desde criança, viveu polícia. E, hoje, ainda cidadão produtivo, acompanha as nossas polícias nesses entreveros para a busca da tão almejada paz social, assistindo, do lado de cá, suas grandezas e servidões; suas glórias, muitas, mas também suas vergonhas que, embora exceções, são as que mais repercutem.

Nossa abertura foi um painel de amostragem da corrupção policial. Esta não para. Como dissemos, é chaga gangrenosa. Exige amputação. Reconstrução do corpo. E mais: o problema é como entulho fétido, e não há como jogá-lo para debaixo do tapete. Fechemos, pois, nosso ensaio com mais uma amostra que está sendo difundida por toda a mídia. Trata-se de mais um caso aflorado na PMERJ. Eis trecho de noticiário de O Globo, 09/03/13, p. 12: “**Presos 21 PMs envolvidos com tráfico no Morro da Providência.** Policiais recebiam propina para não reprimir a venda de droga (...) foram presas 49 pessoas – 21 PMs, 25 traficantes e três menores. Todos policiais eram do 5º BPM. A quadrilha era responsável pela venda de drogas na Gamboa, no Santo Cristo e na Praça Mauá (...) Os policiais tentavam disfarçar na hora de receber a propina paga pelos bandidos. Uma das maneira era o aperto de mão: nesse momento, o criminoso repassava o dinheiro ao PM. Os policiais também faziam as transações em locais escuros, afastados. Em alguns casos, os criminosos se debruçavam sobre as viaturas e repassavam a propina...”

Basta! Está na hora da reversão. Inspiremo-nos, pois, no verso de Geraldo Vandré: “**quem sabe faz a hora, não espera acontecer**”.

\*Coronel reformado PMMG, Executivo Empresarial e Escritor